Processo nº 15/2007

Recorrentes: **A**
 B
 C
 D
 E

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

Nos autos do Processo Comum Colectivo, n.º CR3-06-0154-PCC, os arguidos **A**, **B**, **C**, **D** e **E**, que tinham sido aplicados, no inquérito, a medida de prisão preventiva, em 4 de Abril de 2006, vieram, no decurso do julgamento e audiência, perante o Colectivo do Tribunal Judicial de Base, requerer a revogação da medida de prisão preventiva.

Este pedido foi indeferido por acórdão de 12 de Dezembro de 2006.

Com esta decisão não conformaram, todos os arguidos recorreram para este Tribunal de Segunda Instância, cuja motivação de recurso e as conclusões se encontram constantes das fls. 13-38 dos presentes autos.

O Ministério Público respondeu ao recurso, pugnando pela improcedência do recurso.

Subido o recurso para esta Instância, veio o Tribunal Judicial de Base informar, pelo ofício constante da fl. 124 dos autos, que, no dia 19 de Janeiro de 2007, o Colectivo proferiu o acórdão, condenando os arguidos **A e B** na pena de 9 meses de prisão, que foram imediatamente restituídos à liberdade por se mostrar expirada a pena condenada, e absolvendo os arguidos **C, D e E** dos crimes por que foram acusados.

Na sua instância de parecer, a Digna Procurador-Adjundo entende que devia julgar extinta a instância do presente recurso, tendo em conta a decisão proferida pelo Tribunal a quo.

Cumpre conhecer.

Foram dispensados os vistos dos juizes-adjuntos, dada a simplicidade da questão.

Conhecendo.

Concordamos com o entendimento do Douto parecer do Ministério Público.

Dispõe expressamente o artigo 198º do Código de Processo Penal que, por um lado, a medida de coacção extingue-se de imediato com a sentença absolutória, mesmo que dela tenha sido interposto recurso (n.º 1, al c); por outro lado, a medida de prisão preventiva também extingue-se de imediato quando tiver lugar sentença condenatória, ainda que dela

tenha sido interposto recurso, se a pena aplicada não for superior à prisão sofrida (n.º 2).

Como acima relata, os últimos três arguidos foram absolvidos dos crimes acusados e foram restituídos imediatamente a liberdade, extinguiu-se a medida aplicadas a estes arguidos, enquanto aos primeiros dois arguidos foram condenados na pena de prisão no período inferior ao que tinha sofrido e foram também de imediato libertados.

Logo, as medidas de coacção, especialmente a prisão preventiva, aplicadas a todos os arguidos devem ser consideradas extintas. E, em consequência desta extinção das medidas de coacção, é de julgar extinta a instância por inutilidade superveniente da lide, pela falta do objecto do recurso, nos termos do artigo ora citado.

Pelo exposto, acordam em julgar extinta a instância do presente recurso, por inutilidade superveniente da lide.

Sem custas.

Macau, RAE, aos 25 de Janeiro de 2007

Choi Mou Pan

José M. Dias Azedo

Lai Kin Hong